



Estado de Pernambuco

LEI Nº 015-A/94

EMENTA : ALTERA A LEI Nº 029/91 QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SURUBIM NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

C A P Í T U L O I
DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde - CMS em caráter permanente, como órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal.

Art. 2º - Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, são competência do Conselho Municipal de Saúde:

- I - definir as prioridades de saúde;
- II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde;
- III - atuar na formação de estratégias e no controle da execução da política de saúde;
- IV - propor critérios para a programação e para as execuções financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação e o destino dos recursos;
- V - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde prestados à população pelos órgãos e entidades públicas, privadas, filantrópicas e as sem fins lucrativos;
- VI - Definir critérios de qualidade para funcionamento dos serviços de saúde pública, privada, filantrópicas e as sem fins lucrativos, no âmbito do SUS;



Estado de Pernambuco

- VII - Definir critérios para celebração de contratos ou convênios, entre o setor público, entidades privadas de saúde, filantrópicas e as sem fins lucrativos, no que tange à prestação de serviços de saúde;
- VIII - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- IX - estabelecer diretrizes quanto à localização e o tipo de unidades de serviços de saúde público, privado, filantrópicos e as sem fins lucrativos, no âmbito do SUS.
- X - outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

C A P Í T U L O I I

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O CMS terá em sua composição 12(doze) membros assim distribuídos:

- I - 25% dos membros representantes dos trabalhadores de saúde investidos legalmente em cargo;
 - II - 25% dos membros, representantes dos prestadores de serviços públicos/filantrópico, conveniado com o SUS;
 - III - 50% dos membros, representantes dos usuários.
- § 1º- A cada titular do CMS corresponderá um suplente.
- § 2º- Será considerada como existente, para fins de participação no CMS, a entidade regularmente organizada.
- § 3º- A representação dos trabalhadores do SUS, no âmbito do Município, será definida por indicação conjunta das entidades representativas das diversas categorias.
- § 4º- O número de representantes de que trata o inciso III do presente artigo não será inferior a 50%(cinquenta por cento) dos membros do Conselho Municipal de Saúde.


BARBOSA



Estado de Pernambuco

Art. 49 - Os membros efetivos e suplentes do CMS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

- I - da maioria conjunta dos profissionais de saúde no caso da representação dos trabalhadores;
- II - das respectivas entidades nos demais casos.

§ 1º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

§ 2º - O Secretário Municipal de Saúde é membro nato e Presidente do CMS.

§ 3º - Na ausência ou impedimento do Presidente, a Presidência do CMS será assumida pelo seu suplente.

Art. 50 - O CMS reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

- I - O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante;
- II - Os membros do CMS serão substituídos caso falem, sem motivo justificado, a 03(três) reuniões consecutivas, ou 05(cinco) reuniões intercaladas no período de 06(seis) meses.
- III - Os membros do CMS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal.

SEÇÃO II

DO FUNCIONAMENTO

Art. 60 - O CMS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

- I - O órgão de deliberação máxima é o plenário;
- II - As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada trinta dias e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;
- III - Para a realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do CMS, que deliberará pela maioria dos votos dos presentes;

[Handwritten signature]
BARROSA



Estado de Pernambuco

IV - Cada membro do CMS terá direito a um único voto na sessão plenária;

V - As decisões do CMS serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde prestará apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMS.

Art. 8º - Para melhor desempenho de suas funções o CMS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do CMS, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de saúde, sem embargo de sua condição de membros;

II - poderão ser convidadas as pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMS em assuntos específicos;

III - poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades-membro do CMS e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 9º - As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do CMS deverão ter divulgação ampla e acesso assegurado ao público.

Parágrafo Único - As resoluções do Conselho Municipal de Saúde, bem como os temas tratados em plenário, reuniões de diretoria e comissões, deverão ser amplamente divulgadas.

Art. 10º - O Conselho Municipal de Saúde elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60(sessenta) dias após a regulamentação da presente Lei.

Art. 11º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a Regular a presente Lei no prazo de 30(trinta) dias após sua promulgação.

Art. 12º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a promover as despesas necessárias para o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 13º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SURUBIM, 16 DE SETEMBRO DE 1994.


MURILO JORGE BARBOSA FARIAS
PREFEITO